



**Controladoria-Geral**  
Do Município  
Venda Nova do Imigrante – ES  
Poder Executivo

# Relatório de Auditoria

## Auditoria 006/2024

**Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante – ES**

**2024**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA 003/2024

**Processo:** 2215/2024 (Protocolo 33765/2024)

**Classificação:** Auditoria 006/2024.

**Tipo:** Auditoria de Conformidade.

**Procedimento:** Testes de Observância.

**Técnica:**

- Exame da documentação.

**Unidade Auditada:**

- Prefeitura/Governo

**Responsável:**

- João Paulo Schettino Mineti/Dalton Perim

**Objeto:** Realizar trabalho de auditoria nos pontos de controle extraídos da Tabela Referencial 1 da IN 68/2020 TCE/ES, constantes no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI de 2023, referente à:

- 1.1.3. Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.
- 1.3.6. Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular.
- 2.1.2. LDO – limitação de empenho.
- 2.1.5. LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência.
- 1.3.3. Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.
- 1.1.2. Despesa – realização sem prévio empenho.
- 2.2.28. Ordem cronológica das exigibilidades.
- 2.2.32. Pagamento de despesas sem regular liquidação.

### 1. Introdução

O presente relatório tem o objetivo apresentar à unidade auditada as constatações encontradas durante a realização de Auditoria iniciada com base no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2024.

### 2. Procedimentos e Técnicas de Auditoria Aplicados

A aplicação de procedimentos e técnicas de auditoria visa à obtenção de evidências de auditoria, constituindo-se de investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada da opinião do auditor.

Os procedimentos e técnicas de auditoria encontra-se previstos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 007/2020, que dispõe sobre os padrões para a realização dos trabalhos de Auditoria Interna – Manual de Auditoria Interna – no âmbito do Poder Executivo municipal.

## 2.1. Tipo de Auditoria

O procedimento de auditoria de conformidade foi escolhida pelo fato do pelo fato dos pontos a serem auditados, encontram-se balizas na CF, na Lei 4.320/1964, na Lei 101/2000 – LRF e outras legislações.

## 2.2. Procedimento de Auditoria

O procedimento de auditoria escolhido foi o Teste de Observância, previsto no art. 31, §2º da IN SCI Nº 007/2020.

## 2.3. Técnicas de Auditoria

As técnicas de auditoria estão previstas no art. 31, §5º da IN SCI Nº 007/2020 e para a realização da auditoria foram escolhidas as técnicas de Exame da documentação original, física ou eletrônica.

### 2.3.1. Exame de Documentação

Tratando-se de auditoria para verificar a observância de regras estabelecidas na CF, na Lei 4.320/1964, na Lei 101/2000 – LRF, o exame da documentação original, física ou eletrônica se demonstra adequado.

## 3. Legislação de Regência

Constituição Federal.  
Lei Complementar 101/2000 – LRF  
Lei 4.320/1964 - Lei das Finanças Público  
Lei 14.113/2020.

## 4. Pontos de Controle Aplicados

Ponto	Descrição	Previsão Legal
1.1.3.	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.

1.3.6.	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular.	LC 101/2000, art. 11.
2.1.2.	LDO – limitação de empenho.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.
2.1.5.	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho.	Lei 4.320/1964, art. 60.
2.2.28.	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades.	Lei 14.133/2021, arts. 141 ao 146, c/c CRFB/88, art. 37.
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.

## 4. Verificação dos Pontos de Controle

### 4.1. Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo

Pelas informações retiradas do cadastro de informações financeiras do sistema informatizado de gestão, foi observado que os repasses foram realizados dentro do prazo legal, conforme segue.

Data	Valor
18/01/2024	R\$ 519.156,36
19/02/2024	R\$ 519.156,43
15/03/2024	R\$ 519.156,43
19/04/2024	R\$ 519.156,43
17/05/2024	R\$ 519.156,43
19/06/2024	R\$ 519.156,43
17/07/2024	R\$ 519.156,43
14/08/2024	R\$ 519.156,43
13/09/2024	R\$ 519.156,43
17/10/2024	R\$ 519.156,43
14/11/2024	R\$ 519.156,43
13/12/2024	R\$ 519.156,43

#### 4.2. Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular.

Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.

Ponto de controle não auditado, tendo em vista que em virtude de situações não previstas no PAAI as horas de auditoria ficaram comprometidas, muito devido a redução do quadro de pessoal da UCCI, que eram dois e que a partir de agosto de 2023 ficou apenas um servidor. Além disso, com apenas um servidor, as participações em reuniões deixam a UCCI sem ninguém, ficando as atividades ordinárias paradas. Houve também a participação do Controlador nas reuniões como para análise do anteprojeto de lei da reestruturação administrativa, ações envolvendo adequações no site e portal da transparência para melhorar a pontuação nas avaliações feitas pela ONG Transparência Capixaba e "ES Em Ação". Somando a isso, tem o fato do Controlador também ser o Ouvidor, o que diminui ainda mais as horas destinadas às auditorias.

Diante da situação, o ponto ficará para ser auditado no exercício de 2025, como parte do planejamento do PAAI-2025.

#### 4.3. LDO – limitação de empenho.

Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.

Verificou-se o cumprimento no art. 24 da LDO (Lei 1.615/2023), *In verbis*:

**Art. 24** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

#### 4.4. LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência.

Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.

Verificou-se que a Lei [1.615/2023](#) - LDO possui o Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública

#### 4.5. Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.

Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

Pelos extratos bancários presente na PCA/2024 verificou-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais:

Descrição/Fundo	Conta	Agência	Instituição Financeira
PM VENDA N IMIGRANT-SNA	10121-4	3696-X	B. BRASIL
PMVNI FUNDEB IMPOSTOS MUN	11512-6	3696-X	B. BRASIL
PM VEN NOV IMIGRANT-MEREN	12514-8	3696-X	B. BRASIL
PM VEN NOV IMIGRANT-PAC I	14062-7	3696-X	B. BRASIL
SME VEN NOV IMIG - FEB	15654-X	3696-X	B. BRASIL
MUNICIPIO V N IMIGRANTE	16393-7	3696-X	B. BRASIL
MUNICIPIO DE VENDA NOVA D	19218-X	3696-X	B. BRASIL
MUNICIPIO DE VENDA NOVA D	19219-8	3696-X	B. BRASIL
MUNICIPIO DE VENDA NOVA D	19570-7	3696-X	B. BRASIL
PREF VENDA NOVA DO IMIGRA	283141-4	3696-X	B. BRASIL

P M V N IMIGR DNPM CFEM	5865-3	3696-X	B. BRASIL
PR M VENDA NOVA IMIGR MOV	60600-6	3696-X	B. BRASIL
PR M VENDA NOVA IMIGR FPM	60602-2	3696-X	B. BRASIL
PMVNI-BONUS PETROLEO	60605-7	3696-X	B. BRASIL
PR M VENDA NOVA IMI INCRA	60608-1	3696-X	B. BRASIL
PM VEN NOV IMIGRANTE-QSE	7762-3	3696-X	B. BRASIL
PM VEN NOV IMIGRANTE-PNAT	7997-9	3696-X	B. BRASIL
PM VENDA N IMIGRANT-CIDE	8223-6	3696-X	B. BRASIL
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000001-4	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000002-2	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000003-0	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000040-5	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000045-6	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00000007-3	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071019-4	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071021-6	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071027-5	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071030-5	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071033-0	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071037-2	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	00071043-7	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	0007520-3	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	647143-4	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	647177-9	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	647180-9	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	672019-1	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	672021-3	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	672022-1	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	672025-6	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	71042-9	1306	CEF
MUNICÍPIO DE VENDA NOVA	71043-7	1306	CEF

#### 4.6. Despesa – realização sem prévio empenho.

O ponto de controle para esta auditoria é único, pois limita-se a verificar se houve realização de despesas sem prévio empenho, o que é vedado pelo art. 60 da Lei 4.320/1964.

Foi estabelecida como amostra os pagamentos realizados no dia 30 de cada mês, limitado nos 30 maiores. A amostra reduzida se deve ao fato do número reduzido de servidores que compõe o quadro da Controladoria, sendo de apenas um servidor. Todavia, embora pequena a amostra, os pagamentos analisados proporcionam ao auditor uma noção mínima para formar sua opinião.

Após foi conferida a data do pagamento e a do respectivo empenho, buscando verificar a existência de pagamento com data anterior ao empenho, conforme segue:

Pagamentos Por Ordem de Empenho				Empenhos			Situação
Data	Processo	Empenho	Pagamento	Data	Processo	Empenho	
30/09/2024	0003645/2023	0002514/2024	0008316/2024	22/04/2024	0003645/2023	0002514/2024	Regular
30/04/2024	0010628/2024	0002687/2024	0003073/2024	30/04/2024	0010628/2024	0002687/2024	Regular
30/09/2024	0003332/2023	0003821/2024	0008257/2024	25/06/2024	0003332/2023	0003821/2024	Regular
30/09/2024	0002310/2023	0004137/2024	0008215/2024	02/07/2024	0002310/2023	0004137/2024	Regular
30/09/2024	0002394/2023	0004512/2024	0008227/2024	25/07/2024	0002394/2023	0004512/2024	Regular
30/09/2024	0003645/2023	0004980/2024	0008252/2024	12/08/2024	0003645/2023	0004980/2024	Regular
30/09/2024	0003332/2023	0005604/2024	0008258/2024	16/09/2024	0003332/2023	0005604/2024	Regular
30/09/2024	0025081/2024	0005781/2024	0008361/2024	30/09/2024	0025081/2024	0005781/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007692/2024	0012233/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007692/2024	Regular
30/09/2024	0003571/2023	0007737/2023	0008251/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007737/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007748/2024	0012241/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007748/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007750/2024	0012243/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007750/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007751/2024	0012245/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007751/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007752/2024	0012247/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007752/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007758/2024	0012228/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007758/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007763/2024	0012144/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007763/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024	0007764/2024	0012146/2024	26/12/2024	0032268/2024	0007764/2024	Regular
30/12/2024	0033772/2024	0007784/2024	0012213/2024	30/12/2024	0033772/2024	0007784/2024	Regular
30/12/2024	0033754/2024	0007786/2024	0012291/2024	30/12/2024	0033754/2024	0007786/2024	Regular
30/12/2024	0033769/2024	0007794/2024	0012299/2024	30/12/2024	0033769/2024	0007794/2024	Regular
30/12/2024	0033529/2024	0007795/2024	0012300/2024	30/12/2024	0033529/2024	0007795/2024	Regular
30/12/2024	0032268/2024		0012244/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável

30/12/2024	0032268/2024		0012246/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012242/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012248/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012229/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012234/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032693/2024		0012036/2024			REFERENTE A DESCONTOS CONSIGNADOS/E XTRA- ORCAMENTARIOS - DO CENTRO DE CUSTO: 551 - ENSINO FUNDAMENTAL - 70 FUNDEB DT, COMPETENCIA DEZEMBRO DE 2024.	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012145/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032257/2024		0012289/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável
30/12/2024	0032268/2024		0012232/2024			Valor do INSS, retido do servidor, relativo a folha de pagamento	Não aplicável

Após análise, não foi observado pagamentos sem prévio empenhos.

#### 4.7. Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades.

Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

Ponto de controle não auditado, tendo em vista que em virtude de situações não previstas no PAAI as horas de auditoria ficaram comprometidas, muito devido a redução do quadro de pessoal da UCCI, que eram dois e que a partir de agosto de 2023 ficou apenas um servidor. Além disso, com apenas um servidor, as participações em reuniões deixam a UCCI sem ninguém, ficando as atividades ordinárias paradas. Houve também a participação do Controlador nas reuniões como

para análise do anteprojeto de lei da reestruturação administrativa, ações envolvendo adequações no site e portal da transparência para melhorar a pontuação nas avaliações feitas pela ONG Transparência Capixaba e "ES Em Ação". Somando a isso, tem o fato do Controlador também ser o Ouvidor, o que diminui ainda mais as horas destinadas às auditorias.

Diante da situação, o ponto ficará para ser auditado no exercício de 2025, como parte do planejamento do PAAI-2024.

#### **4.8. Pagamento de despesas sem regular liquidação**

Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.

Ponto de controle não auditado, tendo em vista que em virtude de situações não previstas no PAAI as horas de auditoria ficaram comprometidas, muito devido a redução do quadro de pessoal da UCCI, que eram dois e que a partir de agosto de 2023 ficou apenas um servidor. Além disso, com apenas um servidor, as participações em reuniões deixam a UCCI sem ninguém, ficando as atividades ordinárias paradas. Houve também a participação do Controlador nas reuniões como para análise do anteprojeto de lei da reestruturação administrativa, ações envolvendo adequações no site e portal da transparência para melhorar a pontuação nas avaliações feitas pela ONG Transparência Capixaba e "ES Em Ação". Somando a isso, tem o fato do Controlador também ser o Ouvidor, o que diminui ainda mais as horas destinadas às auditorias.

Diante da situação, o ponto ficará para ser auditado no exercício de 2024, como parte do planejamento do PAAI-2025.

#### **5. Constatações Preliminares**

Após a auditoria realizada nos pontos de controle, não houve constatações dignas de nota.

#### **6. Solicitações de Informações/Esclarecimentos**

Para subsidiar a elaboração do relatório conclusivo da Auditoria não foi necessário solicitações de informações à unidade auditada.

#### **7. Achados de Auditoria**

Após o trabalho de auditoria realizado, não verificou achados para os pontos auditados.

## 8. Recomendações

Sem recomendações, Diante da ausência de achados de auditoria, tendo em vista que após análise dos pontos de controle 1.1.3. Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo; 2.1.2. LDO – limitação de empenho; 2.1.5. LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência; 1.3.3. Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação; 1.1.2. Despesa – realização sem prévio empenho, não foi verificado irregularidades dentro dos registros analisados.

Venda Nova do Imigrante – ES, 25 de março 2025.

JULIANO MASIOLI  
Controlador Público Interno  
Mat. 962407